

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Faculdade de Ciências Sociais
Relações Internacionais

RELATÓRIO CIENTÍFICO PARCIAL
FAPESP _ PROCESSO 2012/14378-2
Período relacionado: 01/09/2012 a 10/01/2013

AS POLÍTICAS DE SEGURANÇA DA UNIÃO EUROPEIA
A Estratégia Europeia de Segurança (EES)

Projeto temático: *Ecopolítica: governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle.*

Pesquisador: Patrícia Müzel de Paiva
Orientador: Prof. Dr. Edson Passetti

Janeiro, 2013
SÃO PAULO

PATRÍCIA MÜZEL DE PAIVA

AS POLÍTICAS DE SEGURANÇA DA UNIÃO EUROPEIA

A Estratégia Europeia de Segurança (EES)

Relatório Parcial de Iniciação Científica
apresentado à Fundação de Amparo à Pesquisa
do Estado de São Paulo.

Orientador: Edson Passetti

Pesquisador: Patrícia Müzel de Paiva

Janeiro, 2013
SÃO PAULO

Resumo do Projeto

A União Europeia é a experiência de integração jurídico-política e econômica mais institucionalizada do planeta. Dentre as questões que passaram a ser tratadas comunitariamente está a da segurança, o que implica identificar ameaças comuns aos Estados-membros e definir estratégias e programas de defesa compartilhados. Interessa à Pesquisa de IC localizar e mapear as políticas de defesa desenvolvidas no âmbito da UE desde sua instituição, em 1992, com especial atenção ao documento denominado Estratégia de Segurança Europeia (EES), de 2003 e seus protocolos derivados.

Resumo do Período

A pesquisa analisa o processo de integração europeu no pós-Segunda Guerra Mundial, destacando o componente político e de segurança. Apesar da União Europeia ter um forte caráter econômico as discussões sobre integração surgem por uma necessidade de segurança. O Relatório também descreve as principais ameaças apontadas nos documentos “European Security Strategy” (2003) e “Report on the Implementation of the European Security Strategy” (2008); dando destaque à questão de segurança ambiental, que ganhou maior atenção no documento de 2008.

Palavras-chave: estratégia de segurança, União Europeia, meio ambiente, PESC.

SUMÁRIO

Resumo do Projeto	3
Resumo do Período	3
Atividades do Pesquisador	5
Introdução	6
1 – A construção da União Europeia	8
2 – Segurança	22
2.1 – Ampliação do Conceito de Segurança	22
2.2 – PESC	26
3 Meio Ambiente	30
3.1 – Questão Meio Ambiente	30
3.2 – Meio Ambiente nas Discussões Nacional e Internacional	40
4 – Documentos	43
4.1 – Estratégia Europeia Segurança (2003)	43
4.2 – Implementation of the European Security Strategy (2008)	49
Considerações Finais [Provisórias] e Próximos Passos	53
Bibliografia	56

Atividades do Pesquisador

Particpei das reuniões do Projeto Temático *Ecopolítica: governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle*, e das reuniões do fluxo de segurança. Compareci aos seminários desenvolvidos pelo Projeto Ecopolítica como o *Colóquio: transformações da biopolítica*, e seminários organizados pela Faculdade como o *III Dessemana de Ciências Sociais: dispositivos de segurança em questão* e o *I Seminário de Pós-Graduação em Ciências Sociais: o estado das coisas – as ciências sociais hoje*.

Introdução

A União Europeia foi criada, em 1993, com o objetivo de estabelecer paz, união e prosperidade entre os países integrantes da União e vizinhos, levando em consideração que os possíveis conflitos a sua volta podem trazer instabilidades para a segurança da UE. Assim, a UE possui sua própria Agência de Política Externa e de Segurança Comum – Common Foreign and Security Policy (CFSP ou PESC) – e uma instituição de estudos de segurança, a European Union Institute for Security Studies (EUISS). Essa última trabalha para PESC pesquisando questões de segurança de relevância para a União Europeia, oferecendo também, análises e previsões.

Segundo d’Arcy, no que diz respeito às políticas externas da União Europeia, suas competências são baseadas em três conjuntos de regras: primeiro, desde a fundação da Comunidade Econômica Europeia em 1957, o Tratado de Roma determinou suas competências no domínio da “Política Comercial Comum”, no qual a Comunidade possui competências exclusivas ou conjuntas com os Estados-membro; segundo, ampliando sua política comercial com os países em desenvolvimento, a Comunidade empenhou-se em políticas de cooperação; e terceiro, os Estados-membro desenvolveram uma Cooperação Política Europeia que foi introduzida no Tratado da União Europeia pelo Tratado de Maastricht de 1992, com o nome de Política Externa e de Segurança Comum (D’ARCY, 2002, 193).

Até o fim da Guerra Fria, o meio ambiente não era tratado como questão de segurança, não se enquadrando nas pautas da agenda internacional sobre esse tema. Foi a partir da década de 1990 que discussões que propunham uma abertura da agenda dos estudos de segurança para outros setores, começaram a ganhar força, fato explicado pela

drástica redução das preocupações com o possível uso de armamento nuclear com o fim da Guerra Fria.

Para McCormick, entre as revoluções conceituais do século XX, poucas forjaram uma mudança tão universal nos valores humanos quanto a revolução ambientalista. Gerado pelos amantes da natureza e filantropos, nutrido por naturalistas amadores e planejadores profissionais, e inserido na agenda das políticas públicas por uma nova geração rebelde e idealista, o ambientalismo ultrapassou as divisões religiosas, nacionais e políticas para difundir-se em quase todos os países da Terra. Ganhou dezenas de milhões de adeptos, criou novos órgãos de legislação, engendrou novos partidos políticos, encorajou uma reavaliação das prioridades econômicas e tornou-se tema de políticas internas e das relações internacionais (MCCORMICK, 1992).

A mobilização do público[cidadão] para os primeiros movimentos era pequena, mas, à medida que os estudos sobre o tema foram se tornando cada vez mais públicos e acessíveis, e as pessoas ganhavam mais mobilidade, o movimento cresceu e se disseminou, de forma que entrou nas agendas nacionais e internacionais de segurança de diversos países, entre eles os europeus. A União Europeia coloca a degradação do meio ambiente entre as principais ameaças à segurança no documento “Estratégia Europeia de Segurança” (EES), de 2003, e a questão ganha maior notoriedade no “Relatório sobre a Execução da Estratégia Europeia de Segurança”, de 2008 (Implementation of the European Security Strategy).

1 A Construção da União Europeia

Ao final da Segunda Guerra Mundial, a Europa se encontra devastada. Através do Plano Marshall de 1947, os Estados Unidos oferecem ajuda financeira para a reconstrução da economia europeia. Em 1948, 17 países europeus se reuniram para administrar a utilização dessa ajuda estadunidense, criando a Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE).

A ideia de uma união entre os países europeus tem origens anteriores à Segunda Guerra Mundial. Acreditava-se que essa união traria o fim das guerras e tensões na Europa e, conseqüentemente, prosperidade para o resto do mundo. Ideia defendida por diversos pensadores como Abade Saint-Pierre, Jean-Jacques Rousseau, Saint Simon, Emmanuel Kant e Alexis de Tocqueville.

O continente europeu foi o epicentro de grandes conflitos entre potências europeias. Os líderes políticos expressavam a necessidade de uma Europa unida como forma de prevenir mais destruições e obter maior integração econômica. O primeiro passo para se chegar a esse objetivo foi a criação do Benelux em 1948, e depois, em 1951, da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) por dois países com uma história de grandes tensões e conflitos, França e Alemanha, e mais outros quatro países. Logo depois, também foi criada a Comunidade Econômica Europeia, em 1957.

Três visões de Europa compõe o ideal de integração: 1º) um sistema federal inspirado nos Estados Unidos, com um controle único sobre os assuntos externos e de defesa; 2º) uma aproximação gradual visando ajuda econômica para estabelecer uma Europa unida; e 3º) menos centralização de autoridade ou soberania na esfera econômica, e cooperação mais estreita entre os governos. Essas três linhas de pensamento coabitam nas decisões tomadas acerca da integração política e econômica.

Os Estados Unidos providenciaram ajuda econômica para a reconstrução da Europa através do Plano Marshall de 1947, impondo uma condição: os Estados beneficiados deveriam participar de uma instituição encarregada da gestão coletiva dessas ajudas. Dessa forma, instituiu-se a Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE), na qual havia dezesseis Estados. A União Soviética dissuadiu os Estados da Europa Central e Oriental de aceitar a ajuda norte-americana, dividindo a Europa em Oriental e Ocidental, e criando duas novas alianças destinadas a garantir a segurança coletiva de ambos os lados, a princípio, contra uma possível ressurreição alemã e, também, uma contra a outra: OTAN versus Pacto de Varsóvia.

As possíveis ameaças à segurança europeia levaram os Estados Unidos a propor uma aliança militar com a Europa Ocidental para assegurar sua reconstrução econômica e moral. Em 1949, foi assinado o Tratado do Atlântico Norte que, em 1950, foi completado pela criação de uma estrutura militar comum, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Assim, estabeleceram-se as bases da prosperidade Europeia, reduzindo-se ao mínimo os riscos de guerra, favorecendo a reconstrução em um clima de segurança, e preparando a reconciliação dos inimigos.

Além da ajuda através do Plano Marshall, os Estados Unidos também incentivaram a cooperação política e econômica da Europa. Em 1950, foi anunciado o Plano Schuman e a essa cooperação se constituiu a partir da criação da CECA e, logo depois, da Comunidade Econômica Europeia (CEE) em 1957.

Entre 1946 e 1947 havia muitos movimentos que defendiam a união ou outras formas de cooperação entre os países europeus. No entanto, essa multiplicação de movimentos com discursos variados tendiam a se excluir e a não contribuir para uma formação que influenciasse os governos nacionais. Assim, em 1947, sob a presidência

do ministro britânico Duncan Sandys, os movimentos constituíram um Comitê Internacional de Coordenação para a Europa.

Com a criação do Comitê, a maior parte dos governos dos países europeus ocidentais sofria forte pressão para que atuassem a favor da criação da Assembleia Parlamentar Europeia, que pudesse encorajar uma maior união e cooperação política e econômica. Em 1949, os membros do Tratado de Bruxelas (França, Grã-Bretanha, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo) criaram o conselho Europeu através do Tratado de Londres, que comporta uma assembleia internacional de caráter parlamentar, ao qual estava ligado a um comitê intergovernamental composto pelos ministros das Relações Exteriores das partes, que seria responsável perante os governos nacionais. Porém, o resultado desse arranjo não agradou, já que os assuntos de defesa e de política externa não foram abordados.

Havia propostas de criação de um federalismo global a partir do Conselho, como a Emenda Mackay, a qual considerava como sendo o objetivo do Conselho do Europa “criar uma autoridade política europeia dotada de funções limitadas, mas de poderes reais” (LESSA, 2003, 35). Porém, os Estados-membros não queriam abrir-mão de parte de sua soberania a uma autoridade supranacional.

Com a crescente ameaça da URSS e a Guerra da Coréia (iniciada em 1950), o Primeiro-Ministro René Pleven apresentou à Assembleia Nacional da França em 1950, o projeto de uma Comunidade Europeia de Defesa (CED). Seria criado um exército europeu comum entre os Estados-membro e ligado às instituições políticas da “Europa Unida”, sob a autoridade de um Ministro da Defesa, nomeado pelos governos. Em 1952, o Tratado instituindo a Comunidade Europeia de Defesa foi assinado em Paris pelos mesmos membros da CECA.

As opiniões acerca da CED eram divididas, muitos achavam que rearmar a Alemanha era uma potencial ameaça a segurança europeia. O Reino Unido propôs uma saída para o impasse surgido com a CED, admitindo a República Federal da Alemanha e a Itália no Tratado de Bruxelas. E em 1954, foram assinados os acordos que puseram fim à ocupação da RFA e que criaram a União da Europa Ocidental (UEO), instituição destinada a ser um elo entre a OTAN e os Estados europeus.

Em 1955, os Estados-membro da CECA se reuniram em Mesina, na Sicília, para nomear o novo presidente da Alta Autoridade da CECA. Os governos dos países do Benelux (Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo) aproveitaram a oportunidade para apresentar um projeto de criação de um mercado comum amplo, no qual se realizaria a livre circulação de bens, capital e do trabalho. Por ter abordagens semelhantes à CED, que fracassou, as opiniões foram divididas, França e RFA, por exemplo, preferiam uma integração gradual e setorial.

Criou-se um Comitê confiado a Paul-Henri Spaak, ministro dos negócios estrangeiros da Bélgica, que ficaria encarregado de propor um programa estendido de integração. O relatório foi apresentado em 1956 e recomendava a criação de uma Comunidade Europeia de Energia Atômica (EURATOM) e de uma Comunidade Econômica Europeia (CEE), aprovadas no mesmo ano na Conferência dos Seis.

A CEE tinha o objetivo de estabelecer um mercado comum, promovendo um desenvolvimento harmonioso das atividades econômicas, expansão contínua do nível de vida das suas populações, e estabelecer relações mais estreitas entre os Estados europeus. Esse mercado comum estabelecia uma união aduaneira que punha fim aos direitos alfandegários e a outras formas de restrição ao comércio, erigindo uma tarifa externa comum – medidas que entrariam em vigor progressivamente, ao longo de um

período de transição de doze anos. A CEE e o MCE (Mercado Comum Europeu) foram instituídos pelo Primeiro Tratado de Roma de 1957.

O Segundo Tratado de Roma, também de 1957, instituía a EURATOM, que tinha o propósito de favorecer a formação e o crescimento de uma indústria nuclear europeia, buscando desenvolver uma política de pesquisa e difusão de conhecimento, regulando o aprovisionamento de matérias-primas e incentivando investimentos públicos e privados no desenvolvimento da capacidade de produção da indústria comum que seria criada.

Dessa forma, estabeleceram-se estruturas semelhantes a uma espécie de Poder Executivo comunitário, que eram denominados Comissões, independentes dos governos nacionais, mas com poderes mais limitados do que aqueles que concentravam a Alta Autoridade da CECA. O Conselho de Ministros, organismo intergovernamental, tinha um controle maior sobre as Comissões.

Os Estados-membro da CECA foram alvos de protestos pelos países que se sentiram prejudicados pela criação do MCE, estabelecendo novos processos negociadores entre os Seis e os países não pertencentes à CECA. Uma das primeiras negociações aconteceu com os países da OECE, que não tomaram parte no Tratado de Roma, constituindo uma área de livre comércio ligando o MCE aos membros daquela organização, mas não chegaram a um acordo quanto às tarifas alfandegárias.

A reação dos Estados excluídos do MCE foi o estabelecimento de uma Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) que, liderada pelo Reino Unido, reunia a Áustria, Dinamarca, Suécia, Suíça e Portugal, entrando em vigor em 1961. A ideia era construir um meio de pressão sobre o MCE, tentando auferir as vantagens comerciais do

livre-comércio com aquele que parecia se constituir no polo dinâmico da economia europeia, mas sem se submeter aos riscos e aos custos da supranacionalidade.

O retorno do General de Gaulle ao poder na França, em 1958, mudou as condições da construção da Europa, uma vez que passou a atacar frontalmente a superioridade das construções supranacionais sobre a cooperação interestatal tradicional. Os planos franceses, apresentados por Christian Fouchet em 1961, tinham caráter estritamente intergovernamental, mas a oposição entre os outros Estados-membros foi unânime. As negociações foram interrompidas em 1962, depois de sucessivas rodadas em que a França apresentou novas versões do Plano Fouchet.

O governo britânico se candidatou a membro da CEE em 1961, tendo em vista que os perigos de ficar fora da CEE passaram a ser maiores do que os possíveis riscos de a ela aderir. As ações internacionais independentes não apresentaram maiores resultados do que os obtidos pelo aprofundamento da parceria. No entanto, a entrada do Reino Unido na CEE foi vetada pela França gaullista que, declarou ser o motivo do veto, a “relação especial” com os EUA.

O Mercado Comum Europeu entra em crise em 1965, quando o Mercado Comum Agrícola entra em vigor e os conflitos das diferentes percepções do funcionamento do mercado entre os Estados-membro se intensificam. A Comissão apresentou três propostas que combinavam o reforço da Comissão e do Parlamento Europeu, com o progresso no sentido de uma maior integração econômica. Mas a França de De Gaulle opôs-se ao enfraquecimento do acordo e da negociação intergovernamentais, principalmente o fortalecimento das estruturas comunitárias.

Com o Tratado de Roma, os processos de decisões por unanimidade seriam substituídos pelo majoritário em 1966, tornando as instituições comunitárias

praticamente intocáveis. Assim, o governo francês decidiu retirar seu representante permanente nas instituições comunitárias, participando exclusivamente das decisões estritamente necessárias para a manutenção do seu funcionamento.

Na Reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros de Luxemburgo em 1966, ficou claro que as visões distintas acerca da natureza “federalizante” de todo o processo eram um impasse. Para solucionar a crise aberta pela França, decidiu-se suspender, provisoriamente, a alteração do mecanismo de decisão, mantendo a regra de unanimidade para questões que dizem respeito aos interesses vitais dos parceiros. Surge, então, o problema com relação aos critérios que determinam quais eram as tais questões vitais.

A crise de 1965 e o Compromisso de Luxemburgo, consequências do desafio gaullista, criam um ambiente desfavorável para a construção da Europa. Com o Tratado de Bruxelas de 1965, buscou-se fundir as instituições comunitárias proporcionando-lhes maior capacidade de ação e uma economia de esforços políticos, mas ele só entrou em vigor em 1967 devido a obstáculos para promover tal fusão.

Mas o desafio gaullista trouxe novas questões para a mesa de negociação da Comunidade, causando novas distorções na cooperação entre os parceiros, tais como, a constatação dos privilégios do dólar, o veto sistemático à adesão do Reino Unido à CEE, a retirada das forças francesas do comando único da Otan, em 1966, e a promoção da força nacional de dissuasão nuclear fora da estrutura da Aliança Atlântica.

De Gaulle encaminhava sua ação em direção ao reestabelecimento da independência francesa e, por extensão, europeia, para forçar um crescimento econômico menos dependente dos EUA. E novamente, em 1967 veta a admissão britânica à CEE pelos mesmos motivos anteriores. Todavia, a implicância de De Gaulle

com o Reino Unido era contraproducente para a tática francesa de visão cada vez menos sujeita a supranacionalidade, pois a admissão britânica seria um reforço ao seu próprio pensamento e linha de ação.

Com a saída do General De Gaulle e a ascensão de George Pompidou ao poder, em 1969, o veto à admissão do Reino Unido chegou ao fim. Pompidou escolheu a via de cooperação com os seus sócios na Comunidade, que viam na nova admissão um relançamento do processo europeu de integração, rompendo com o paradoxo imposto pelo desafio de De Gaulle.

Na Conferência de Cúpula de Haia, em 1969, os chefes de Governo acordaram em financiar novas políticas públicas e a própria estrutura comunitária, reinserir a questão do controle parlamentar, alargar a Comunidade, e foi colocado duas metas principais: a união econômica e monetária e união política. Os Estados-membros encontraram muitas dificuldades para dar prosseguimento à integração econômica e monetária. Segundo Lessa, por outro lado, rápidos e importantes progressos foram feitos pela via da união política, com a adoção das recomendações do denominado Relatório Davignon pelos ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados-membros em 1970, “pelas quais se estabelecia um mecanismo de concertação política para coordenar as ações externas dos parceiros, que se estruturava em torno de reuniões semestrais nas quais se procederia à revisão da cena internacional, e se ensaiaria a conjugação de atitudes e, eventualmente, o empreendimento de ações comuns” (LESSA, 2003, 66).

As negociações com a Grã-Bretanha, a Dinamarca, a Irlanda e a Noruega iniciaram-se em 1970, porém foram bastante difíceis e conturbadas. Além do jogo de concessões admissíveis em um processo que envolvia partes com dimensões

econômicas tão desproporcionais, havia o ineditismo da situação. Chegou-se a um acordo em relação à maior parte das questões, e o Tratado de Adesão foi assinado em 1972 em Bruxelas, pelo Reino Unido, a Dinamarca e a Irlanda, entrando em vigor em 1973.

O presidente francês Pompidou convocou uma Cúpula de Chefes de Estado e Governo, que aconteceu em Paris em 1972, no qual se estabeleceu um denso programa de ação, que evidenciava novas preocupações e prioridades, com a busca de uma maior participação dos atores sociais mais relevantes nas decisões de natureza econômica e social, e com o refinamento do mecanismo de concertação política, que deveria levar à afirmação de uma unida postura europeia para os países socialistas, para os EUA, a URSS e o Terceiro Mundo.

Entretanto, surgiram muitos problemas no processo europeu de integração. O ano de 1973 marca o início de uma crise de largo fôlego, com repercussões econômicas, políticas e estratégicas, provocadas pela súbita elevação dos preços internacionais do petróleo, a Guerra do Vietnã (1965-1975) e a corrida armamentista, além dos problemas do processo decisório ocorridos pelo primeiro alargamento, trazendo instabilidade para o processo europeu de integração.

Convocou-se uma nova Cúpula de Chefes de Estado e de Governo, em 1974, com o propósito de transformar o conjunto das relações entre os Estados-membro. A principal decisão da Cúpula foi a instalação de uma comissão que estudaria medidas para a consecução de uma União Europeia. O Relatório Tindemans foi apresentado um ano depois, no qual expõe como linha de ação pelo fortalecimento das instituições comunitárias através de sua eficácia, legitimidade, coerência e, particularmente, da sua autoridade.

Nos anos 1970 a construção da Europa avançou pela consolidação das estruturas comunitárias e pela inovação em diversas áreas. Fundiu-se a Comissão da Alta Autoridade da CECA, da Comissão do Mercado Comum e da EURATOM permitindo a confirmação da independência dos órgãos executivos inscrita nos tratados fundadores, e estabeleceu-se um equilíbrio para o número de cidadãos e o número de comissários de cada Estado-membro – dois do Reino Unido, RFA, França e Itália, e um dos Estados restantes.

O Parlamento Europeu também passou por transformações. Quando criado, em 1951, era composto por representantes do legislativo dos Estados-membro, por eles escolhidos de acordo com procedimentos nacionais. Na Cúpula de Paris de 1974, abriu-se a perspectiva de eleições diretas a partir de 1978, que foi realizada pela primeira vez em 1979 com 198 membros; sendo 6 luxemburgueses, 10 irlandeses, 10 dinamarqueses, 14 belgas, 14 holandeses, 36 alemães, 36 franceses, 36 italianos e 36 britânicos.

À sucessão de crises cresceu-se a alta instabilidade cambial prejudicando a concentração de políticas macroeconômicas entre os Estados-membros e tornando difícil a circulação de bens e capitais no espaço europeu integrado. Por essas questões foi criado o Sistema Monetário Europeu (SME), entrando em vigor em 1979, tendo como base um mecanismo de bandas cambiais, que tinha a intenção de aproximar as margens de flutuação diárias entre as moedas dos Estados-membro.

Após a estagnação da construção da Europa na década de 1970, devido à crise, o ânimo integracionista da Cúpula da Haia de 1969 se revitalizou com as negociações para a admissão da Grécia, que em 1962 foi beneficiado com um acordo de associação, com o objetivo de fortalecer e desenvolver as relações econômicas entre as partes, sendo que a entrada no espaço econômico europeu poderia se realizar quando a economia

grega fosse capaz de sustentar as obrigações decorrentes de uma eventual admissão plena.

Porém, durante o regime militar de 1967 a 1974 o acordo de associação foi suspenso retardando as negociações. Tiveram início novas negociações em 1976, com o reestabelecimento da democracia, e a Grécia foi admitida como membro pleno da Comissão Europeia em 1981.

Em 1977, foram abertas negociações a adesão com as candidaturas de Portugal e Espanha. Assim como a Grécia, ambos os países estavam submetidos a regimes autoritários e as suas economias predominantemente agrárias apresentavam sérios problemas de subdesenvolvimento. Portugal e Espanha já haviam solicitado negociações para um acordo de associação em 1962, somente efetivado em 1970 na Espanha e em 1973 em Portugal. Com as novas negociações de 1977, repetindo-se a história da admissão da Grécia, os fatores políticos foram mais importantes para a concessão da adesão de ambos os países, com votos de que isso poderia atuar favoravelmente para a consolidação da democracia. A adesão foi efetivada em 1985, entrando em vigor em 1986.

Depois de um período de estagnação na construção da Europa desde meados dos anos 1970, os anos 1980 ficaram marcados por propostas para a formação de uma união política. Em 1984, o Conselho Europeu empreendeu um conjunto de medidas de grande impacto, como a adoção de um passaporte europeu, a supressão de controles de passagem nas fronteiras nacionais e instituíram um Comitê para estudar a reforma das instituições. O Relatório foi concluído no ano seguinte, e indicava a necessidade de uma reforma das instituições comunitárias, as quais precisavam se adaptar à Europa alargada, recomendando que o Parlamento assumisse maiores responsabilidades no

processo decisório comunitário. O Conselho de Ministros também deveria ser adaptado à complexidade crescente da Comunidade, com uma mudança importante no processo de decisão, que deveria se dar pela regra da maioria.

Em 1985, Jacques Delors foi nomeado para a presidência da Comissão das Comunidades. Para ele, o único meio para a retomada do processo de construção da Europa era o estabelecimento de um verdadeiro mercado único. Nesse mesmo ano, a Comissão Europeia apresentou um relatório que enumerava as medidas necessárias para a real efetivação do mercado comum, indicando como medida fundamental, a necessidade de um novo tratado, que codificaria, em um único documento, os avanços empreendidos nas últimas décadas. O Ato Único Europeu foi assinado em 1986 e entrou em vigor no ano seguinte.

As medidas sugeridas pela Comissão das Comunidades, em 1985, foram internalizadas pelos sistemas jurídicos nacionais, provocando gradualmente a liberação dos mercados. A adoção dessas medidas causou problemas, como a necessidade de estabelecimento de convergências nas políticas tributárias nacionais e definição de uma política comum sobre imigração e asilo político. No entanto, uma real cooperação nas áreas de relações exteriores e defesa permaneceram intocadas.

A convergência de premência de ajustes na comunidade causada pela criação do mercado único e as táticas diversionistas dos líderes francês (que se debateu com a crise interna de seu projeto de governo socialista) e alemão (que se confrontava com as dificuldades da reunificação) impulsionou o debate e as negociações para a reforma completa das instituições pelo Conselho Europeu reunido em Maastricht em 1991. Com o Tratado de Maastricht, assinado em 1992, surgiu uma nova organização, a União Europeia, que se estabeleceu sobre as Comunidades Europeias, a Política Externa e de

Segurança Comum (PESC), e a cooperação nos campos da justiça e das questões internas. E se estabeleceu a União Econômica e Monetária, pela qual, em 1999 (através do Tratado de Amsterdã de 1997), as moedas nacionais dos Estados-membro seriam substituídas por uma moeda única.

Em 1992 e 1993, as negociações para que a Áustria, a Finlândia, a Suécia e a Noruega aderissem à Comunidade foram abertas, e se concluíram em 1994 tornando-se membros da União Europeia, em 1995, a Áustria, a Finlândia e a Suécia, apenas a Noruega foi rejeitada. Em 2000, se iniciaram as negociações de adesão de Malta, da Romênia, da Eslováquia, da Letônia, da Lituânia e da Bélgica, e se estenderam, também, para a Polônia, a Hungria, a República Tcheca, a Eslovênia, a Estônia e Chipre. Com o Tratado de Nice, de 2001, fizeram-se os ajustes necessários para a criação das condições para a adaptação para permitir as novas adesões.

Em 2002, inaugurou-se com funcionamento pleno da União Econômica e Monetária, a circulação das moedas e notas de euro, processo concluído dois meses depois quando a moeda única passou a ter circulação exclusiva, ficando definitivamente extintas as moedas nacionais.

Em 2004, foram **aderidos**[conectados] efetivamente a Polônia, a Hungria, a República Tcheca, a Eslováquia, a Eslovênia, a Lituânia, a Letônia, a Estônia, Malta e Chipre. A Romênia e a Bulgária aderiram à União em 2007. A Croácia e a Turquia também **são**[eram] países candidatos à adesão.

Em 2009, os 27 Estados-Membros da UE assinaram o Tratado de Lisboa, que modifica os Tratados anteriores. O seu objetivo é aumentar a democracia, a eficácia e a transparência da UE e, deste modo, torná-la capaz de enfrentar desafios globais tais como as alterações climáticas, a segurança e o desenvolvimento sustentável. O Tratado

de Lisboa é ratificado por todos os países da UE antes de entrar em vigor em dezembro de 2009.

A crise financeira de 2008 atinge a economia mundial. Os problemas têm início com os empréstimos hipotecários nos Estados Unidos. Vários bancos europeus também passam por dificuldades. A crise conduz a uma cooperação econômica mais estreita entre os países da UE. A nova década tem início com uma grave crise econômica, mas a UE se apoia nos investimentos nas novas tecnologias verdes e não agressivas ao meio ambiente e a cooperação europeia mais estreita para que tragam crescimento e bem-estar duradouros à União.

2 Securitização

2.1 Ampliação do Conceito de Segurança

Até o século XX, as catástrofes que assomavam a humanidade eram, principalmente, causadas pela natureza, como por exemplo, frio, intempéries, inundações, devastações, incêndios, penúria de alimentos; e por flagelos como a peste, o cólera, a tuberculose e a sífilis. A primeira metade do século XX foi marcada pelas grandes guerras, a de 1914-1918 e a de 1939-1945, que causaram morte em escala industrial, êxodos, destruições maciças, perseguições, campos de deportação e extermínio (RAMONET, 2003, 153).

Segundo Rodrigues, ao invés das guerras de outrora, o século XXI trouxe novos problemas e novos conflitos, nos quais ocorreriam ações militares pontuais, legalizadas e multilaterais, “não mais dos Estados isoladamente em nome dos seus interesses nacionais, mas dos Estados coligados sob um conjunto unitário de valores universais e em nome de uma ordem mundial” (RODRIGUES, 2012, 7). As guerras entre Estados seriam substituídas por guerras reparadoras de violações ao direito internacional, até que a democracia se universalizasse, fazendo, então, com que idealmente não houvesse mais embates entre Estados.

Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo viveu rec[re]ioso de um apocalipse nuclear, que teve fim com o término da Guerra Fria e de tratados internacionais que proibiam a proliferação nuclear, sem, no entanto, fazer com que os riscos desaparecessem completamente. Na Europa Ocidental, a segunda metade do século XX se caracterizou pelo decréscimo progressivo dos conflitos armados e pela sensação de uma prosperidade quase geral. Agora, os novos temores da humanidade recaem, principalmente – mas não somente –, sobre o meio-ambiente. De acordo com Jean

Delumeau (1987 apud RAMONET, 2003, p. 153), “na história da coletividade, os medos se modificam, mas o medo permanece”.

Segundo Harald Welzer, citado por Thiago Rodrigues no artigo “As Guerras do Fim do Mundo”, catástrofes aparentemente naturais, como furacões, inundações, nevascas fora de época ou de lugar, seriam consequências da ação humana, “decorrentes do desequilíbrio ecológico provocado pelo desenvolvimento econômico e social ocidental universalizado nos últimos 250 anos” (RODRIGUES, 2011, 115). Portanto, as mudanças climáticas seriam “um problema ecossocial” e os desastres ambientais seriam “catástrofes sociais”. E essas “catástrofes sociais” que motivarão, para Welzer, parte dos conflitos domésticos e internacionais do século XXI, sendo os países pobres os mais atingidos por “sua vulnerabilidade consideravelmente intensificada perante os riscos ambientais, e de maneira semelhante, condições de defesa contra as modificações climáticas claramente menores” (WELZER, 2010, 110 *apud* RODRIGUES, 2011, 117).

Barry Buzan argumentou que “a segurança das coletividades humanas é afetada por fatores em cinco grandes setores: militar, político, econômico, societal e ambiental” (Buzan, 2007: 38 apud RODRIGUES, 2012, 10). A segurança militar corresponde à inter-relação entre “as capacidades ofensivas e defensivas dos Estados, e a percepção de um Estado das intenções dos outros” (Idem); a segurança política estaria relacionada à estabilidade das instituições políticas e sua legitimidade; a segurança econômica seria a garantia de acesso aos recursos naturais, industriais e financeiros que sustentariam níveis de bem-estar à população e a manutenção das instituições estatais (incluindo as forças coercitivas e de defesa); a segurança societal, mais abstrata, seria a preservação de condições para o desenvolvimento dos elementos identitários nacionais (língua, costumes, religião); por fim, a segurança ambiental implicaria a “manutenção da

biosfera local e planetária como o suporte essencial do qual todas as outras iniciativas humanas dependem” (Idem).

Segundo Buzan, a segurança das coletividades não dependeria apenas do fator militar, mas também de elementos que vão além das fronteiras nacionais, como as tradições culturais de um povo ou a questão ambiental. Apontando que, ao fim da Guerra Fria, há uma ampliação no conceito de segurança redimensionando práticas diplomático-militares nos âmbitos nacional e internacional (RODRIGUES, 2012, 11). De acordo com Dalby e Hoffmann, citados por Thiago Rodrigues, “na perspectiva da segurança nacional, o objeto da segurança (aquilo que ameaça) são outros Estados (ameaças exteriores e bem definidas do ponto de vista jurídico-político); já o sujeito da segurança (o que deve ser protegido) é o Estado (em sua sobrevivência e integridade como ente soberano). Após a Guerra Fria, no entanto, o objeto da segurança teria passado a ser as ameaças internas e transnacionais; enquanto o sujeito da segurança seria a população civil” (RODRIGUES, 2012, 13).

A questão ambiental ganhou notoriedade na década de 1970, quando muitos cientistas clamaram que as atividades humanas causavam impactos na natureza, e que em grande maioria prejudicavam o meio-ambiente causando implicações para a vida do homem. Porém, somente com o fim da Guerra Fria que a questão ambiental ganhou espaço nas agendas de segurança, quando essa deixou de ser uma preocupação apenas acerca da natureza do Estado e passou a ser, também, sobre a sobrevivência do planeta.

Para Welzer, as consequências das “catástrofes sociais” em relação à segurança para os Estados ocidentais seriam indiretamente e diretas. A primeira relacionada às “turbulências regionais (na África, Ásia, Oceania e América Latina) provocadas pelas “guerras climáticas” que alimentarão o ambiente para a radicalização política e o

terrorismo, além de criar zonas excluídas dos fluxos do capitalismo globalizado”, e a segunda associada a pressão constante das fronteiras europeias e estadunidenses pelas ondas de refugiados ambientais; além dos eventuais atentados terroristas de grupos provenientes de “Estados falidos” (RODRIGUES, 2011, 118).

No relatório do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), de 1994 – Human Development Report -, defendeu-se a adoção pelos Estados do novo conceito de segurança humana, passando “da exclusiva ênfase na segurança territorial para um foco maior na segurança da população”, o que implicaria uma mudança da “segurança pelas armas para a segurança pelo desenvolvimento humano sustentável” (PNUD, 1994: 22 *apud* RODRIGUES, 2012, 14). Dessa forma, além de reconhecer e validar as funções tradicionais de segurança, a ONU deveria assegurar as condições de segurança necessárias para o desenvolvimento humano (Hermann, 2011 *apud* RODRIGUES, 2012, 14). E o documento também defendia o desenvolvimento econômico e social sustentável como a única forma de assegurar que os direitos humanos sejam respeitados.

Segundo Dalby, há uma relação explícita e evidente entre e direitos humanos segurança humana, mas que a produção desse conceito, na década de 1990, não seria possível sem a definição de um problema dimensionado como questão de segurança: a degradação ambiental como potencial geradora de conflitos (RODRIGUES, 2012, 19). A segurança dos Estados seria impactada por conflitos relacionados por mudanças climáticas, como “convulsões sociais, guerras civis, pressões migratórias, crises humanitárias e, possivelmente, guerras entre Estados” (RODRIGUES, 2012, 21).

Barbosa e Souza apontam os europeus como os primeiros a incorporar a questão ambiental às políticas de segurança com a criação da “Estratégia Europeia de

Segurança”, de 2003, que, ao lado da securitização do clima, aponta outras ameaças a segurança, como a “guerra contra o terror”, os Estados Fracassados” e a migração descontrolada”, formando, assim, um “continuum de segurança”. No entanto, a questão ambiental só seria definitivamente integrada às políticas de segurança da União em 2008, como o Relatório sobre a Execução da Estratégia Europeia de Segurança (BARBOSA; SOUZA, 2010, 131).

2.2 PESC

Após a Segunda Guerra Mundial, os primeiros passos da integração europeia estavam ligados a preocupações estratégicas, uma vez que a União Soviética apresentava uma ameaça. Depois, o projeto de integração tornou-se mais econômico, embora a cooperação política permanecesse na agenda dos governos. Nos anos 70 e 80, a Cooperação Política Europeia iniciou um processo de integração política que produziu poucos resultados, pois as prioridades geopolíticas dos Estados-membro eram muito diferentes. Durante a Guerra Fria, a política de defesa europeia era ligada aos Estados Unidos e à OTAN. Com o fim dos regimes comunistas, abriram-se novas oportunidades para uma política europeia menos dependente dos Estados Unidos, e viu-se como necessário uma nova ação concernente à Europa Oriental (D’ARCY, 2002, 212).

Exercendo papéis de grande importância no cenário internacional, a União Europeia teve sua capacidade de manejar recursos financeiros em prol de suas políticas; e cresceu sua capacidade de agir coordenadamente em diversas questões das relações internacionais. Para Lessa, isso se deve às múltiplas políticas que compõem conjuntamente fatores de atuação internacional do processo europeu de integração, como a sua política de comércio exterior, a cooperação para o desenvolvimento, as

dimensões externas das políticas comunitárias e a Política Externa e de Segurança Comum (LESSA, 2003, 174-175).

Com o Tratado de Maastricht (1991), a União Europeia adota uma política de segurança comum, incluindo a definição progressiva de uma política de defesa comum, que poderá conduzir a uma defesa única. Definiu-se desde a Reunião de Cúpula de Colônia, em 1999, que as missões de prevenção e gestão de crises deveriam ser o centro da ação no âmbito da PESC (LESSA, 2003, 180).

Os elementos fundamentais da PESC são o estabelecimento da cooperação sistemática entre os Estados-membros sobre qualquer tema de política externa e de segurança que seja de interesse comum e, quando necessário, o acionamento de um mecanismo que prevê a construção de consenso no âmbito do Conselho da União Europeia para, com unidade, definirem-se posições comuns que devem ser seguidas por todos os Estados-membros ou que podem, sob a orientação do Conselho Europeu, ser objeto de uma ação conjunta (LESSA, 2003, 179-180).

Segundo François D'Arcy ao analisarmos as políticas externas da União Europeia, enfrentamos problemas jurídicos, políticos e teóricos. Juridicamente, a União só têm as competências que lhe são atribuídas pelos Tratados. De acordo com o autor, “os princípios, as regras jurídicas e os mecanismos institucionais referentes à PESC são completamente diferentes das políticas comerciais e de cooperação. Essas diferenças explicam-se pelas resistências dos Estados-membros a renunciar às suas prerrogativas no domínio da ‘alta diplomacia’ referente às questões políticas e militares” (D'ARCY, 2002, 194).

A PESC envolve duas vertentes. A primeira é a política externa comum, que possibilita a União de fazer-se ouvir na cena internacional, exprimir sua posição sobre

conflitos armados, sobre os direitos humanos ou sobre qualquer outro assunto relevante. A segunda é a política de segurança, a qual a PESC abrange todas as questões, incluindo a definição gradual de uma política de defesa comum, que pode conduzir a uma defesa comum. Em 1998, a França e o Reino Unido, principais potências militares da União, concordaram em introduzir uma dimensão militar na PESC, criando a Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD). Porém, segundo d’Arcy, “não se trata verdadeiramente de uma política de defesa, mas antes de uma política de gestão de crises, pois à PESC concerne às missões humanitárias e de evacuação, missões de manutenção da paz e missões de força de combate para a gestões de crise, incluindo as missões de restabelecimento da paz” (D’ARCY, 2002, 213).

A política externa e de segurança comum não funciona da mesma maneira que as políticas comunitárias do primeiro pilar. O Tratado conferiu grande peso às instâncias da União Europeia nas quais os representantes dos Estados-membro participam diretamente, enquanto os poderes da Comissão, do Parlamento e do Tribunal de Justiça foram limitados. O Conselho Europeu define os princípios e as orientações gerais, decidindo as estratégias comuns a serem executadas pela União. O Conselho toma as decisões de acordo com o que foi estabelecido pelo Conselho Europeu (D’ARCY, 2002, 214).

As decisões relativas à PESC são adotadas por unanimidade, ou recurso à maioria qualificada em dois casos: “para a adoção de decisões de aplicação de uma estratégia comum definida pelo Conselho Europeu e para qualquer decisão que dê execução a uma ação comum ou a uma posição comum previamente adotada pelo Conselho” (D’ARCY, 2002, 215).

Os conflitos da década de 1990 foram uma das principais justificativas para a criação da PESC, no entanto, embora os conflitos acontecessem às fronteiras da União Europeia, a sua intervenção foi secundária em relação aos Estados Unidos, tanto na dimensão diplomática quanto na militar. A União contribuiu mais para a reconstrução através das políticas de cooperação. A intervenção dos Estados Unidos, diretamente ou através da OTAN, foi determinante na Bósnia, em 1995, e no Kosovo, em 1999 (D'ARCY, 2002, 216).

Após os atentados de 11 de setembro de 2001, os limites da atuação da União ficaram ainda mais claros, com a intervenção americana no Afeganistão e a desastrosa discussão sobre a intervenção no Iraque, que acabou dividindo o Conselho de Segurança da ONU, bem como a União Europeia (bloqueando decisões da PESC), e fez com que os Estados Unidos e o Reino Unido liderassem um ataque sem o aval da ONU. Apesar de todas essas dificuldades, D'Arcy afirma que “para alargar sua margem de ação, o Conselho Europeu, na sua reunião de Helsinque, em dezembro de 1999, decidiu a constituição de meios militares e de polícia comuns. Dois anos depois, o Conselho Europeu de Laeken declarou operacional a PESD” (D'ARCY, 2002, 217).

Desse modo, a PESC provocou algumas alterações no âmbito em que atua. Uma delas diz respeito à condução das políticas externas dos Estados-membros da Comunidade, que agora têm que levar em conta a perspectiva dos demais e o interesse comum da União na elaboração de suas posições. Além disso, as outras duas políticas externas da União (comercial e de cooperação) devem levar em conta a PESC para uma maior coerência da atuação internacional da instituição. Apesar dos avanços, o peso político-militar da UE ainda é incompatível com seu peso econômico-comercial.

3. Meio Ambiente

3.1 Questão Ambiental

A questão ambiental surgiu na segunda metade do século XX como uma movimentação científica, social e política, com o intuito de gerar uma preocupação coletiva em relação à conservação do meio-ambiente através do desenvolvimento sustentável. Esse não foi um movimento com um marco específico de início, nem mesmo do local no qual foi estabelecido, o movimento surgiu em diferentes lugares em diferentes épocas por diferentes razões. E, a partir dele, vários estudos e organizações ambientais foram desenvolvidos, tais como o World Wildlife Fund – WWF (1961), o Greenpeace (1971), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA (1972), entre outros.

Há três grupos de elementos que configuram o que se considera hoje como meio ambiente “e, na interseção dos três grupos, destacaram-se os efeitos das atividades humanas enquanto capazes de criar ambientes específicos” (CARNEIRO, 2013, 13). O primeiro é a biosfera (natureza), o segundo é o uso de recursos naturais (economia) e o terceiro é a saúde humana.

Antes de a Segunda Guerra Mundial terminar, já estavam sendo traçados planos para promover a reconstrução e a assistência econômica, particularmente através das novas Nações Unidas e seus órgãos especializados. Nesse clima receptivo, o período entre 1943 e 1946 assistiu à ressurreição de duas iniciativas ambientais datadas de antes da Primeira Guerra Mundial: a realização de uma conferência internacional sobre a conservação de recursos naturais e o estabelecimento de uma organização internacional para a proteção da natureza; ambas não geraram grandes resultados (MCCORMICK, 1992, 44-46).

Após a guerra, os países envolvidos no conflito buscavam a reestruturação dos parques industriais. Houve um grande aumento da poluição, derivado do crescimento industrial mundial, ocorrência de graves desastres ambientais (Chernobyl, URSS, 1986; Bhopal, Índia, em 1984), degradação de florestas (aproximadamente 10% da floresta natural mundial foi perdida entre 1970 e 1995) e aumento da exploração dos recursos naturais (30% de ecossistemas naturais foram destruídos entre 1970-1995) (WWF – Living Planet Report, 1998).

Com o advento da Guerra Fria (1945-1989), as questões ambientais ficaram a cargo, principalmente, de organizações nacionais e internacionais que, na maioria das vezes, não possuíam ligações com os governos (especialmente ONG's). Isso porque o mundo vivia à sombra de uma iminente guerra nuclear. Atentos aos movimentos dos gigantes empenhados na corrida armamentista, a grande maioria dos países se preocupava, principalmente, com aspectos militares e políticos, já que qualquer ação vinda das grandes potências significava, de alguma forma, implicações nas políticas desses países. Inclusive, a União Soviética e os países do leste boicotaram a Conferência de Estocolmo (1972) em protesto ao não credenciamento da Alemanha Oriental para essa reunião. Por sua vez, os EUA tiveram uma presença pouco marcante por temer uma condenação em função do uso de produtos químicos na guerra do Vietnã que devastavam a flora local.

A UNSCCUR (United Nations Scientific Conference on the Conservation and Utilization of Resources) foi uma conferência científica planejada pela ONU, realizada em Lake Success, no estado de Nova York, entre 17 de agosto e 6 de setembro de 1949. Organizada conjuntamente pela FAO, OMS, UNESCO e Organização Internacional do Trabalho, dela participaram quarenta e nove países. Nas cinquenta e quatro reuniões

realizadas pelas seções relacionadas a minerais, combustíveis e energia, água, florestas, terra, e vida selvagem e peixes, a conferência discutiu questões de recursos globais: a crescente pressão sobre os recursos; a interdependência de recursos; uma análise das carências críticas de alimentos, florestas, animais e combustíveis; o desenvolvimento de novos recursos através de tecnologia aplicada; técnicas de recursos educacionais para países subdesenvolvidos; e o desenvolvimento integrado das bacias hidrográficas. A conferência não tinha poder para impor compromissos a governos e não fez recomendações a eles, nem tentou chegar a acordos internacionais. Pretendia apenas ser um fórum para o intercâmbio de ideias e experiências sobre técnicas de conservação e utilização de recursos. Duas décadas se passariam antes que se refletissem mais amplamente na política de conservação internacional (MCCORMICK, 1992, 53-54).

A primeira questão ambiental verdadeiramente global da era do pós-guerra – e talvez a primeira até então – foi o perigo de precipitação nuclear provocada por testes. Na esteira de todos os testes cresceram os temores em relação à presença de estrôncio 90 na atmosfera e de outros ingredientes tóxicos da precipitação nuclear. Apesar desses temores a precipitação foi inicialmente apenas uma preocupação pública menor. Tentaram-se negociações sobre uma proibição dos testes, mas tanto a URSS quanto os Estados Unidos continuaram com eles. Em agosto de 1963 o Tratado de Proibição Parcial de Testes foi finalmente assinado em Moscou pelos Estados Unidos, União Soviética e Grã-Bretanha, proibindo os testes no ar, acima da atmosfera ou no mar (mas não no subsolo). A questão da segurança global teria sido em si mesma a razão suficiente para se firmar o tratado, mas o elemento ambiental era um fator chave de apoio, mesmo que aparentemente desempenhasse um papel menor até bem pouco antes da assinatura, de fato, do tratado.

De acordo com McCormick (1992), até a década de setenta, o movimento ambiental tinha um aspecto emotivo e amador, com fortes ligações com o movimento hippie e a propagação do Flower Power, movimento ideológico da construção de um mundo igualitário e pacífico, sempre voltado para a interação harmônica entre o homem e o meio-ambiente. Foi na Conferência de Estocolmo em 1972, com a criação de um programa das Nações Unidas para o meio ambiente (PNUMA), que o movimento adquiriu uma perspectiva mais global e política.

No período de 1966-1972, ocorreu uma série de “desastres ambientais” que saíram em manchetes de jornais e tiveram um grande impacto no público, o qual passou a ter maior preocupação com os supostos temores ambientais. Alguns exemplos desses desastres são: o desmoronamento de uma pilha de resíduos de mina em cima de um povoado no sul do País de Gales em 1966; o naufrágio do petroleiro Torrey Canyon perto da costa do extremo sudoeste da Inglaterra em 1967; e despejo de catalisadores contendo mercúrio despejados na baía de Minamata, no Japão, o incidente ficou conhecido como “doença de Minamata” por causar desordens neurológicas (MCCORMICK, 1992, 79-81).

Duas conferências internacionais foram realizadas em 1968 e em 1972 para avaliar os problemas do meio-ambiente global e sugerir ações corretivas. A primeira foi a Conferência da Biosfera, realizada em Paris em setembro de 1968. Concentrando-se sobre os aspectos científicos da conservação da biosfera, a conferência foi em parte o produto do aumento da coordenação na pesquisa ecológica encorajado pelo Programa Biológico Internacional. A segunda foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em junho de 1972. Estocolmo foi um marco no crescimento do ambientalismo internacional. A conferência objetivava "criar

no seio da ONU bases para uma consideração abrangente dos problemas do meio ambiente humano" e "fazer convergir a atenção de governos e opinião pública em vários países para a importância do problema" (MCCORMICK, 1992, 98). O evento resultou diretamente na criação do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEP – United Nations Environmental Programme), que deveria coordenar o trabalho de alguns órgãos da ONU, promover iniciativas de políticas com outros e fornecer.

A Conferência de Estocolmo produziu uma Declaração, uma lista de Princípios e um Plano de Ação. A ideia de uma declaração parece ter sido sugerida pela primeira vez na Conferência da Biosfera e foi imediatamente apoiada pelo secretário-geral da ONU. A Conferência não visava definir cláusulas de cumprimento legalmente obrigatórios, mas a declaração deveria registrar os argumentos essenciais do ambientalismo, e atuar como um prefácio para os princípios, delineando metas e objetivos amplos (MCCORMICK, 1992, 97-112).

À medida que se intensificava a adesão ao ambientalismo, o interesse público se refletia cada vez mais nas políticas públicas. De acordo com McCormick, enquanto somente quatro projetos de legislação ambiental nacional haviam sido aprovados nos países membros da OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development) entre 1956 e 1960, dez foram aprovados no período de 1961 a 1965, dezoito entre 1966 e 1970 e trinta e um de 1971 a 1975. Mas as mudanças políticas e administrativas eram frequentemente mais quantitativas do que qualitativas (MCCORMICK, 1992, 130-132).

Para McCormick, a política ambiental na Europa Ocidental assumiu uma nova dimensão, em 1983, com a chegada ao Bundestag alemão ocidental de 27 parlamentares representando Die Grünen (os Verdes), um partido formado exatamente quatro anos antes. O British Ecology Party, fundado em 1973, foi o primeiro da Europa. Embora

tenha disputado 106 cadeiras nas eleições gerais de 1983 e 133 cadeiras nas eleições de 1987, o partido nunca foi forte. Os partidos ecológicos franceses disputaram eleições presidenciais e para a Assembléia Nacional durante os anos 70 e 80. Um movimento ecológico nascido dos levantes estudantis de 1968 tomou forma pela primeira vez em 1970 (MCCORMICK, 1992, 140).

Após a Conferência de Estocolmo foi sugerido a necessidade de reuniões para discutir a orientação a planejadores e a questão da distribuição da riqueza e da renda com os países de terceiro mundo, uma vez esses começavam a mostrar interesse pelo meio ambiente. Os encontros tinham a intenção de definir possíveis colaborações entre eles através de seminários e conferências regionais. Concluiu-se que, dada a complexidade das relações econômicas internacionais, o desenvolvimento futuro tinha grande probabilidade de ser restringido por problemas de distribuição de recursos naturais muito antes de surgirem qualquer problemas de quantidade finita, e a falta de recursos para o desenvolvimento humano pleno era uma causa permanente de crescimento populacional e as relações econômicas desiguais contribuía diretamente para as pressões ambientais, portanto as ideias de desenvolvimento deveriam atender às necessidades humanas básicas (MCCORMICK, 1992, 145-148).

Na década pós-Estocolmo foram firmados quase tantos acordos internacionais novos, em relação a questões ambientais, quanto haviam sido firmados nos sessenta anos precedentes. Mas a qualidade dos novos acordos e leis nem sempre correspondia à quantidade. O sucesso de qualquer acordo deve ser medido pelo nível de cumprimento efetivo dos signatários. Isso, por sua vez, é função da eficiência da fiscalização, a qual é uma função dos recursos financeiros e de pessoal disponíveis, o que é função da vontade política (MCCORMICK, 1992, 156-160).

Os europeus conseguiram chegar a um acordo em relação aos problemas por eles compartilhados – particularmente quanto à poluição do ar, dos rios e do oceano – mais rapidamente do que poderia ter sido o caso em quase qualquer outra parte do mundo. O primeiro organismo de importância na Europa e o primeiro organismo internacional de base ampla em qualquer parte do mundo a se interessar pelo meio ambiente foi o Conselho da Europa (fundado em 1949). O conselho criou o European Committee for Conservation of Nature and Natural Resources em 1963 para traçar um plano de ação para a administração dos recursos naturais da Europa.

No mesmo ano, o Conselho declarou 1970 como o Ano Europeu da Conservação (ECY – European Conservation Year) com o objetivo de promover um senso comunal europeu da extensão e do valor dos recursos naturais da Europa, do caráter das capacidades destrutivas do homem e da necessidade de administração correta de longo prazo. O ECY promoveu a consciência pública e influenciou a opinião política no período que antecedeu Estocolmo, como também gerou uma série de conferências ministeriais europeias sobre o meio ambiente (Viena em 1973, Bruxelas em 1976, Berna em 1979 e Atenas em 1982). O ECY também propiciou um foco para o debate sobre população, poluição e crescimento.

Em 1967, O Conselho da Europa estabeleceu um European Information Centre for Nature Conservation dentro do comitê para a conservação, a fim de promover a consciência do meio ambiente. Um projeto para criar uma rede de reservas naturais europeias representativas levou à elaboração da Convenção sobre a Conservação da Vida Selvagem e dos Habitat Naturais Europeus (a Convenção de Berna), a qual foi aberta para os signatários em 1979 e entrou em vigor em 1982. O conselho também

promoveu a conservação arquitetônica, planejamento urbano, planejamento regional e controle da poluição.

Em 1972, uma reunião dos chefes de Estado e governo da CEE concluiu que o desenvolvimento econômico havia resultado em desigualdades nas condições de vida dentro da Comunidade, que a base ecológica desse desenvolvimento estava ameaçada, que a expansão econômica não era um fim em si mesma e que se deveria prestar mais atenção às metas sociais tais como a qualidade de vida. Desde então, tem havido um corpo constantemente crescente de diretivas, regulamentações e decisões quanto à poluição da água, do ar e sonora, resíduos, substâncias químicas, vida selvagem e áreas rurais.

A política ambiental da União é determinada em grande parte pela natureza transnacional europeia. Ela objetiva, diz a McCormick, colocar a expansão econômica "a serviço do homem" através da proteção ambiental e da administração dos recursos naturais. O Primeiro Programa de Ação (1973-1977) concentrou-se no controle da poluição e perturbações, enquanto o Segundo Programa de Ação (1977-1981) era baseado no princípio de combinar considerações ambientais com políticas econômicas. O Terceiro Programa de Ação (1982-1986) incluía propostas de coordenação ambiental e recomendações quanto à política ambiental externa da CEE.

Um canal de cooperação fundamental da CEE é a European Environment Bureau (EEB) criada em 1974 especificamente como uma resposta ao fato de a Comunidade Europeia ter assumido responsabilidades ambientais. O EEB propicia aos grupos ambientais um canal direto de acesso à CEE. A Comissão Europeia encara o órgão como uma fonte de orientação e informação, e lhe fornece recursos financeiros (a

que, em certa medida, determina a estilo de atuação da EEB como de argumentação moderada e racional, e não de confrontação aberta) (MCCORMICK, 1992, 179-180).

Em 1985, por causa de estudos de cientistas britânicos, a questão relativa à camada de ozônio adquiriu nova urgência, pois eles alegavam uma diluição (ou "buraco") na camada de ozônio da Antártica. O buraco era aproximadamente do tamanho dos Estados Unidos e parecia estar aumentando. Não estava claro se era causado por CFCs (clorofluorocarboneto), radiação solar ou condições meteorológicas polares. Também não havia certeza se **tratava-se de**[era] um fenômeno único da Antártica ou uma advertência quanto às futuras mudanças no ozônio global. Os cientistas tinham notado dez anos antes uma queda dramática nos níveis de ozônio, mas a alteração havia sido tão nítida e anormal que terminou sendo atribuída a erro humano ou de computador.

Em fevereiro de 1987 os representantes das principais nações industrializadas se reuniram em Viena numa tentativa de chegar a um acordo quanto a um congelamento dos níveis de produção de CFCs e a uma diminuição gradual a partir daí. Em abril, havia se chegado a um acordo em princípio, em seguida a uma mudança de posição da CEE afastando-se de um cronograma mais longo para o congelamento e a redução. O acordo final foi alcançado a 17 de setembro de 1987, num encontro em Montreal, quando 56 países elaboraram um compromisso para em 1990 congelar os níveis de consumo dos cinco tipos mais comuns de CFCs, seguindo-se reduções de até 50% até o ano 2000. Dois terços dos países consumidores de CFCs do mundo precisavam assinar o protocolo para que este entrasse em vigor. Temendo que os não-signatários fossem contemplados com uma vantagem na concorrência, os Estados Unidos haviam defendido um mínimo de 90% dos países consumidores; para fazer frente a isso o

protocolo incluiu dispositivos comerciais que permitiam que os países signatários proibissem importações relacionadas a CFCs de países que se recusassem a assinar (MCCORMICK, 1992, 185-187).

A Assembleia Geral da ONU aprovou, em 1983, uma resolução que permitiu criar uma comissão independente, a Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que ficou encarregada de abordar a questão relativa ao meio ambiente e o desenvolvimento. A primeira reunião ocorreu em 1984, em Genebra. Entre 1985 e 1987, a Comissão patrocinou 75 estudos. Neste mesmo ano, o relatório da comissão foi publicado sob o título “Our Common Future”.

Também conhecido como Relatório de Brundtland, o documento enfatiza o aquecimento global e a destruição da camada de ozônio, e preocupação em relação ao fato de a velocidade das mudanças estar excedendo a capacidade das disciplinas científicas e da capacidade de avaliar e propor soluções. Apresentou uma nova perspectiva sobre o desenvolvimento, o qual deve satisfazer as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades – ou seja, o conceito de desenvolvimento sustentável (MCCORMICK, 1992, 189-190).

Em 1992, foi realizado o encontro Eco92 (Rio92 ou Cúpula da Terra) que reflete sobre a questão ambiental e sua relação com o desenvolvimento, uma vez que o Relatório de Brundtland foi o que determinou a pauta. Os debates giraram em torno de estratégias de ações direcionadas a um desenvolvimento sustentável. Também foi criada a Convenção-Quadro das Nações Unidas, na qual os países desenvolvidos e em desenvolvimento se comprometeram a modificar seu modelo de produção para reduzir os impactos ambientais.

Na Conferência de Kyoto, em 1997, foi assinado o Protocolo de Kyoto, tratado que tem como objetivo fazer com que os países desenvolvidos assumissem o compromisso de reduzir a emissão de gases que supostamente agravam o efeito estufa, aliviando os impactos causados pelo aquecimento global. Além de estabelecer metas criar formas de desenvolvimento que não sejam prejudiciais ao planeta (RAMONET, 2003, 159-161).

A mais recente conferência realizada foi a Rio+20 (ou Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento Sustentável – UNCSO), que tinha como objetivo assegurar um compromisso político para o desenvolvimento sustentável, avaliar o progresso feito até o momento e as lacunas que ainda existem na implementação dos resultados dos principais encontros sobre desenvolvimento sustentável, além de abordar novos desafios emergentes.

3.2 Meio Ambiente nas Discussões Nacional e Internacional

Os encontros internacionais citados mostram a mobilização de diversos locais e setores, por mudanças ou consolidação de decisões, e deles resultam acordos e compromissos que se tornam programas locais e globais. Essas políticas têm como meta a sustentabilidade – um modelo de natureza essencialmente harmônica e equilibrada – na continuidade capitalista (CARNEIRO, 2013, 16-17).

As soluções indicadas, em relação ao aquecimento global e às mudanças climáticas, são, para Welzer, inapropriadas, por seguirem a mesma lógica da atual configuração da economia globalizada, sendo alternativas ao mesmo modelo de desenvolvimento. O autor resume essas soluções em três níveis: individual, internacional e doméstico. O nível individual é o da conscientização ambiental, que

abrange atitudes a serem tomadas individualmente, como economizar água ou separar o lixo orgânico do reciclável. Porém, segundo Welzer, o nível individual apenas alivia consciências e a responsabilidade dos atores políticos e corporativos, não tendo tanta relevância sobre as mudanças climáticas.

O segundo nível é representado pelos esforços internacionais, desde os anos 1970, para a “construção de um regime legal planetário de proteção do meio ambiente” (RODRIGUES, 2011, 119). Segundo Welzer, esse sistema não dispõe dos meios coercivos necessários para o cumprimento das decisões acordadas, no entanto, se o direito internacional criminal seguir o mesmo caminho do regime internacional dos direitos humanos, aumentará o seu grau de institucionalização e eficácia, uma vez que o direito do meio ambiente também se configuraria como um direito humano.

Segundo Welzer, o nível doméstico é o mais importante, pois ocorre a transformação efetiva dos acordos internacionais em leis, obrigatórias a todos e fiscalizada pelo poder coercivo central do Estado. O autor defende uma reforma política que abra oportunidades de participação, pois um nível maior de “comunicação e de participação [conduziria] a um grau mais elevado de identificação cidadã com a sociedade que ajuda construir” (WELZER, 2010, 285 *apud* RODRIGUES, 2011, 120), gerando um “juízo prático da necessidade de combater os menores efeitos do aquecimento global” (WELZER, 2010, 287 *apud* RODRIGUES, 2011, 120).

De acordo com Welzer, as guerras climáticas nos Estados falidos seriam uma constante ameaça à segurança dos Estados desenvolvidos, uma vez que provocariam o deslocamento de refugiados e a radicalização terrorista antiocidental das populações mais afetadas pelas mudanças climáticas. E que, portanto, a salvação da humanidade

dependeria da salvação do planeta, do Estado, dos países pobres, da ordem internacional e da política fundada em uma nova moral.

Segundo Rodrigues, Welzer explicita em seu texto, “como a preservação é um dos itens centrais para a constituição de uma nova ordem planetária que implica na elaboração de novas instituições supranacionais, de um direito cosmopolita e de Estados adaptados aos novos fluxos globais de capital, produtos, dados, imagens, e inteligências produtivas” (RODRIGUES, 2011, 122).

A União Europeia incorporou o tema das mudanças climáticas como uma questão de segurança para o bloco no documento “Estratégia Europeia de Segurança” publicado em 2003, indicando tais mudanças como fontes futuras de conflitos, provocados por pressões migratórias e as possíveis rivalidades entre Estados por conta do acesso a recursos naturais e energéticos que rareiam (RODRIGUES, 2011, 124).

4 Documentos

4.1 Estratégia Europeia Segurança (2003)

A União Europeia considera a segurança como pré-condição para o desenvolvimento, pois os conflitos destroem infraestruturas – incluindo sociais – como também encoraja a criminalidade. A competição por recursos naturais, - principalmente água - que será agravado pelo (alegado) aquecimento global nas próximas décadas, é susceptível de criar maiores perturbações e movimentos migratórios em várias regiões.

Com isso, o documento intitulado Estratégia Europeia de Segurança (EES), lista algumas ameaças como principais: terrorismo, proliferação de armas de destruição em massa, dissolução do Estado e crime organizado; apontando o motivo de serem preocupantes.

Segundo o documento, o terrorismo põe vidas em risco; debilita a tolerância na e sociedade europeia; e representa uma crescente ameaça para toda a Europa. Cada vez mais, os movimentos terroristas são mais bem equipados, conectados por redes eletrônicas, e estão dispostos a usar violência ilimitada para causar destruição em massa. Para o Conselho, a mais recente onda de terrorismo é global no seu alcance e está ligada ao extremismo religioso violento. Ela surge de causas complexas. Estas incluem as pressões de modernização, culturais, sociais e crises políticas, bem como a alienação dos jovens que vivem em sociedades estrangeiras.

De acordo com o documento, a proliferação de armas de destruição em massa (ADM) é potencialmente a maior ameaça à segurança da Europa; e os tratados internacionais e acordos de controle de exportação diminuíram a proliferação de ADM e sistemas de distribuição. Os países da União acreditam ter entrado numa nova fase perigosa, que levanta a possibilidade de uma corrida às ADM, especialmente no Médio

Oriente. Avanços nas ciências biológicas podem aumentar a potência das armas biológicas nos próximos anos; ataques com materiais químicos e radiológicos são também uma séria possibilidade. A propagação da tecnologia de mísseis adiciona um novo elemento de instabilidade e pode colocar a Europa em risco crescente.

O cenário mais assustador é aquele em que os grupos terroristas adquirem armas de destruição em massa. Neste caso, um pequeno grupo seria capaz de infligir danos em escala que anteriormente era possível apenas para Estados e exércitos.

Conflitos regionais: problemas como os da Caxemira e da Península Coreana causam impactos nos interesses europeus, direta e indiretamente, assim como os conflitos mais próximos a Europa, sobretudo no Oriente Médio. Os conflitos violentos, que persistem nas fronteiras europeias, ameaçam a estabilidade regional. Eles destroem vidas humanas e infraestruturas sociais e físicas, que ameaçam minorias, as liberdades fundamentais e direitos humanos. Conflitos podem levar ao extremismo, o terrorismo e a dissolução do Estado, que promove oportunidades para o crime organizado. Insegurança regional pode estimular a demanda para ADM. A maneira mais prática de combater as novas ameaças muitas vezes indescritíveis, às vezes, seria lidar com os velhos problemas de conflitos regionais.

No caso da dissolução do Estado, a má governança – corrupção, abusos de poder, instituições fracas e falta de prestação de contas - e os conflitos civis corroem Estados a partir de dentro. Em alguns casos, isto provocou o colapso das instituições estatais. A Somália, a Libéria e o Afeganistão são os melhores exemplos recentes conhecidos. Colapso do Estado pode ser relacionado com ameaças óbvias, tais como crime organizado ou o terrorismo. A dissolução dos Estados é um fenômeno alarmante, que debilita a governança mundial, e contribui para a instabilidade regional.

A Europa é o principal alvo do crime organizado. Esta ameaça à nossa segurança interna tem uma importante dimensão externa: o tráfico internacional de drogas, mulheres, migrantes clandestinos e armas representa uma grande parte das atividades das organizações criminosas. O crime organizado pode ter ligações com o terrorismo.

Estas atividades criminosas estão, frequentemente, associadas a Estados fracos ou enfraquecidos. Os proventos da droga têm contribuído para o enfraquecimento das [abatimento nas] estruturas do Estado em vários países produtores de drogas. As receitas de comércio de pedras preciosas, madeira e armas de pequeno calibre, estimula conflitos em outras partes do mundo. Todas essas atividades debilitam tanto a regra da lei quanto a da própria ordem social. Em casos extremos, o crime organizado pode vir a dominar o Estado. 90% da heroína na Europa provêm de papoulas cultivadas no Afeganistão – onde o tráfico de drogas paga por exércitos privados. A maior parte é distribuída através das redes criminosas dos Bálcãs, que também são responsáveis por cerca de 200.000 das 700.000 mulheres vítimas do comércio mundial do sexo. Uma nova dimensão para o crime organizado que merece maior atenção é o crescimento da pirataria marítima. (EUROPEAN UNION, 2003, 3-5)

No documento sobre a Estratégia de Segurança Europeia de 2003, a União Europeia diz precisar atuar local e globalmente para defender sua segurança e promover seus valores, a fim de alcançar seus objetivos. Como por exemplo: respondeu aos atentados de 11 de setembro, com medidas que incluem a adoção de um Mandado Europeu de detenção, passos para atacar o financiamento do terrorismo e um acordo de auxílio judiciário mútuo com os EUA, a UE continua a desenvolver a cooperação nesta área e a melhorar a sua defesa; perseguiu políticas contra a proliferação de armas de destruição em massa por muitos anos. A União fechou um programa de ação que prevê

medidas para reforçar a Agência Internacional de Energia Atômica, para aumentar o controle das exportações e para lidar com as exportações ilegais e aquisições ilícitas. A UE está empenhada em conseguir a adesão universal ao tratado multilateral, bem como reforçar os já existentes; e a União Europeia e os Estados-Membros intervieram para ajudar a lidar com os conflitos regionais e para restaurar os chamados Estados falidos, incluindo nos Balcãs e no Afeganistão, em conformidade com as exigências estadunidenses. Restaurando um bom governo para os Balcãs, promover a democracia e permitindo às autoridades locais a combater o crime organizado são maneiras mais eficazes de lidar com o crime organizado, segundo a UE.

Em contraste com a ameaça maciça e visível da Guerra Fria, nenhuma das novas ameaças é puramente militar; nem pode ser combatida por meios puramente militares. Cada um requer uma combinação de instrumentos. A proliferação de armas de destruição em massa pode ser contida através de controles de exportação e combatida através de pressões políticas, econômicas e outras, enquanto as causas subjacentes políticas também são abordadas. Lidar com [O combater ao] o terrorismo pode exigir uma mistura de inteligência, meios judiciais, militares e outros. Em Estados falidos, por conseguinte, instrumentos militares podem ser necessários para restaurar a ordem, meios humanitários para combater a imediata crise. Os conflitos regionais precisam de soluções políticas, mas de meios militares e de policiamento efetivo pode ser necessário na fase de pós-conflito. Os instrumentos econômicos, enfim, servem para reconstrução e gestão de crises civis, ajudando a restaurar o governo civil, pois, fundamentalmente trata-se de uma questão de segurança.

É do interesse da Europa que países sobre suas fronteiras sejam bem governados. Países vizinhos que estão envolvidos em conflitos violentos; Estados fracos, onde a

criminalidade organizada progride; sociedades disfuncionais; ou explosão do crescimento populacional em suas fronteiras causam problemas para a Europa.

A integração dos Estados aderentes aumenta a segurança da Europa, mas também aproxima a UE de áreas problemáticas. Nessa situação, a UE tem como objetivo promover uma aliança de países bem governados, a Leste da União Europeia e nas fronteiras do Mediterrâneo, com os quais eles possam estabelecer estreitas relações de cooperação.

De acordo com o documento, a importância da segurança ao redor da Europa é **melhor**[mais bem] ilustrada nos Bálcãs, onde através dos esforços europeus, acordados com os EUA, Rússia, a NATO (North Atlantic Treaty Organization) e outros parceiros internacionais, a estabilidade da região não seria mais ameaçada pela eclosão de grandes conflitos. A credibilidade da política externa da UE depende da consolidação de suas conquistas na Europa. A perspectiva europeia oferece um objetivo estratégico e um incentivo para a reforma.

A União Europeia tem o interesse de estender os benefícios da cooperação econômica e política para seus países vizinhos do leste, enquanto resolve os problemas políticos de lá. E pretendem ter um interesse mais forte e mais ativo nos problemas do Sul do Cáucaso, que no devido tempo, também será uma região vizinha da Europa. (EUROPEAN UNION, 2003, 8).

A resolução do conflito árabe/israelense é uma prioridade estratégica para a Europa. Sem esta, eles terão poucas chances de lidar com outros problemas no Oriente Médio. A União Europeia pretende permanecer engajada e disposta a comprometer recursos para o problema até que seja resolvido. De acordo com o documento, a solução de dividir em dois Estados agora é amplamente aceita. Para **implementar**[programar]

esta solução, contando com uma Europa unida e esforços cooperativos entre a União Europeia, os Estados Unidos, as Nações Unidas e a Rússia, e os países da região, a União conta, principalmente, com a cooperação dos israelenses e dos palestinos.

A área mediterrânea em geral, continua a sofrer [passando por] graves problemas de estagnação econômica, instabilidade social e conflitos não resolvidos. Os interesses da União Europeia exigem um contínuo envolvimento com os parceiros do mediterrâneo, através de uma cooperação econômica, cultural e de segurança mais eficaz no âmbito do Processo de Barcelona (1995), uma parceria Euro-Mediterrânea entre os então quinze Estados-membro da União Europeia e doze do Mediterrâneo (Norte da África e Oriente Médio), visando uma parceria política e de segurança. Um maior envolvimento com os países árabes também foi considerado no documento.

Em um mundo de ameaças globais, mercados globais e meios de comunicação globais, a União Europeia acredita que sua segurança e prosperidade cada vez mais dependem de um sistema multilateral eficaz. O desenvolvimento de uma forte sociedade internacional, bom funcionamento das instituições internacionais e uma ordem internacional baseada em regras é seu objetivo.

A União Europeia está comprometida com a defesa e desenvolvimento do Direito Internacional. Para ela, o enquadramento fundamental para relações internacionais é a Organização das Nações Unidas. A Segurança das Nações Unidas tem a responsabilidade primária pela manutenção da paz e da segurança internacionais. Reforçar as Nações Unidas, equipando-o para cumprir suas responsabilidades e agir de forma eficaz, é uma prioridade europeia.

4.2 Implementation of the European Security Strategy (2008)

Em 2008, foi elaborado um relatório para implantação da EES (Estratégia Europeia de Segurança). Esse relatório analisa a forma como a União Europeia tem se saído na prática, e o que pode ser feito para melhorar. O EES identificou uma série de ameaças e desafios de interesses da União Europeia no âmbito da segurança. Cinco anos depois, essas ameaças persistem: algumas tornaram-se mais significativa, e todas tornaram-se mais complexas.

Proliferação de armas de destruição em massa e os terroristas foram identificados no EES como "potencialmente a maior ameaça para a segurança da UE" (EUROPEAN UNION, 2003, 3). Esse risco tem aumentado nos últimos cinco anos, colocando[,sob pressão,] o quadro multilateral **sob pressão**. Enquanto a Líbia desmantelou o programa de ADM, o Irã, e também a Coreia do Norte, ainda mandem os seus. Um reavivamento provável do poder nuclear civil nas próximas décadas também apresenta desafios para o sistema de não-proliferação de ADM, se não acompanhadas das salvaguardas adequadas.

A UE tem sido muito ativa nos fóruns multilaterais, com base na Estratégia de ADM, adotada em 2003, e na dianteira dos esforços internacionais para combater o programa nuclear do Irã. A estratégia enfatiza a prevenção, trabalhando através da ONU e acordos multilaterais, atuando como um dos principais doadores, e trabalhando com os países de terceiro mundo e organizações regionais para reforçar as suas capacidades para evitar a proliferação de ADM.

De acordo com o relatório, mais trabalho também é necessário em questões específicas, incluindo: apoio da UE para abordar um acordo multilateral ao ciclo do combustível nuclear; financiar a reversão do processo de proliferação de ADM, medidas

em bio-proteção e bio-segurança, contenção da proliferação de sistemas de liberação de mísseis balísticos. As negociações devem começar em um tratado multilateral que proíbe produção de materiais fósseis para armas nucleares.

Segundo o documento, terrorismo, na Europa e no mundo, continua a ser uma grande ameaça para a subsistência europeia. Os ataques tiveram lugar em Madrid e Londres, enquanto outros foram frustrados, e grupos nacionais desempenham um papel crescente dentro do próprio continente europeu. O crime organizado continua a ameaçar as sociedades europeias, com o tráfico de drogas, seres humanos, e armas, ao lado de fraude internacional e lavagem de dinheiro.

Para o Conselho, as economias modernas são fortemente dependentes de infraestruturas críticas, incluindo o transporte, comunicação e fontes de alimentação, mas também da internet. A Estratégia da UE para uma Sociedade Segura de Informação, aprovada em 2006, destina-se a crimes de internet. Segundo o documento, no entanto, ataques contra sistemas de TI de empresas privadas ou governamentais dos Estados-Membros, têm dado uma nova dimensão a estes tipos de crimes, com um novo potencial econômico, político e militar.

De acordo com o documento, preocupações sobre a dependência energética têm aumentado nos últimos cinco anos. A declinante produção da Europa significa que até 2030 por volta de 75% de seu petróleo e gás terá de ser importado. A reação europeia é uma política energética que combina dimensões externa e interna (EUROPEAN UNION, 2008, 5).

Para o Conselho Europeu, uma maior diversificação, de combustíveis, fontes de abastecimento, e rotas de trânsito, é considerada essencial, assim como boa governança, respeito pelo Estado de Direito e de investimento nos países de origem. A energia é um

fator importante para relações UE-Rússia. A política da União Europeia aborda rotas de trânsito, através da Turquia e Ucrânia. Com seus parceiros, incluindo a China, a Índia, o Japão e os EUA, promovem as energias renováveis, tecnologias de baixo carbono e eficiência energética, ao lado de mercados globais transparentes e bem regulados.

Em 2003, a EES já havia identificado as implicações de segurança das mudanças climáticas. Cinco anos depois, estas assumiram uma nova urgência. Os desastres naturais, degradação ambiental e competição por recursos geram conflitos, especialmente em situações de pobreza e crescimento populacional, com consequências humanitárias, de saúde, políticas e de segurança, incluindo maior migração. As mudanças climáticas também podem levar a disputas por rotas comerciais, zonas marítimas e recursos anteriormente inacessíveis.

Atualmente, as questões ambientais e, sobretudo, as alterações climáticas aparecem constantemente nas agendas nacionais e internacionais de segurança. A União Europeia assumiu a importância das alterações climáticas, e a escassez ambiental, na sua política de segurança e defesa, identificando-as claramente como ameaças à segurança internacional. Junto aos Estados-membros, Reino Unido, França e Alemanha desenvolveram Estratégias de Segurança que reconhecem as perturbações ambientais como riscos para a segurança nacional e internacional.

Segundo o documento, tais tentativas da UE de construção de um entendimento comum sobre essa questão permitem considerá-la como o principal “ator securitizador” – conceito de Buzan, onde “um enunciador apresenta uma dada questão como ameaça existencial a um objeto, reivindicando a adoção de medidas excepcionais e urgentes na tentativa de contê-la” (BARBOSA; SOUZA, 2010, 126) – do clima: a UE já possui uma liderança consolidada na condução da política climática internacional, ocupa posição de

destaque no sistema internacional e tem obtido resposta positiva da audiência interna e externa.

A adoção da EES é uma das primeiras tentativas de securitização do clima, visto que as alterações climáticas já eram uma preocupação, ao lado de outras ameaças como a guerra contra o terrorismo, a dissolução dos Estados e a migração. Contudo, as mudanças climáticas só seriam definitivamente integradas à política de segurança europeia no ano de 2008, com o “Relatório sobre a Execução da Estratégia Europeia de Segurança”, cuja proposta é incorporar ameaças mais complexas que, como o aquecimento global e a degradação ambiental, estão mudando a face do planeta, ameaçando a UE, que julga ser um polo de estabilidade.

Considerações **Finais**[Provisórias] e Próximos Passos

A integração dos países europeus é um processo de criação contínua, e segundo d'Arcy, “existe uma dinâmica global no sentido de uma integração cada vez maior à qual um número crescente de atores públicos e privados é associado” (2002, 219).{PADRONIZAR} Porém, ele também questiona se a integração da União Europeia é capaz de continuar progredindo ou será necessário reformá-la para uma maior coerência?

Há uma interação crescente entre questões de comércio, de desenvolvimento, de meio-ambiente, de luta contra o crime organizado ou o terrorismo e de prevenção de conflitos armados, e com a PESC, a divisão entre política externa econômica e política externa de defesa estão sendo superadas. No entanto, a separação entre a PESC e as políticas comerciais e de cooperação dificultam uma tomada de decisão coesa.

Para Welzer, as soluções para a mudança climática precisariam de uma alteração na prática política e o incentivo de um novo “projeto cultural da boa sociedade” (WELZER, 2010, 286 apud RODRIGUES, 2011, 120), “ou seja, de uma reforma nos hábitos e valores, impulsionada pela reforma da democracia, convocando à participação geral e à harmonização ampla de práticas e condutas” (RODRIGUES, 2011, 120). Dessa forma, a modificação nos costumes deveria influenciar, segundo Welzer, a alteração das políticas externas e de segurança dos Estados, principalmente, dos desenvolvidos.

As novas ameaças, não militares, promovem a implantação de novas medidas de intervenção em nome da segurança. Esses discursos de segurança disseminam-se em todas as esferas sociais, os indivíduos deixam de ser espectadores passivos e se tornam **vigilantes**[cautelosos] coletando informações e capazes de tomar medidas contra

ameaças em potencial[, em função de um monitoramento contínuo]. A segurança deixou de ser, exclusivamente, a utilização e o controle das forças armadas dos Estados, as estratégias de segurança foram descentralizadas, delimitadas e multiplicadas, e com a utilização de novas tecnologias, as políticas de segurança se dispersam (OPITZ, 2012, 6).

Na próxima etapa da Iniciação Científica avançarei sobre o conceito de securitização a fim de delimitar o tema da securitização ambiental na Europa e analisarei a relação que se estabelece entre “desenvolvimento”, “segurança humana”, “segurança internacional” pela perspectiva da União Europeia estudando uma literatura específica e levando os documentos de segurança publicados pela UE desde 2003 – ano da ESS – sobre desenvolvimento e segurança humana. A bibliografia levantada, até o momento, inclui os textos abaixo:

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene (2012). A evolução dos Estudos de Segurança Internacional. São Paulo: Editora Unesp.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole (2003). Regions and Powers: the structure of International Security. Cambridge: Cambridge University Press.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; WILDE, Jaap de (1998). Security: a new framework for analysis. Bolder e Londres: Lynne Rienner Publisher.

CHANDLER, David e HYNEK, Nik (2011). Critical perspectives on Human Security: rethinking emancipation and power in international relations. New York/London: Routledge.

DALBY, Simon (2009). Security and environmental change. Cambridge: Polity.

DUFFIELD, Mark (2008). Global governance and the new wars. London/New York: Zed Books.

FLOYD, Rita (2010). Security and environment: securitization theory and US Environmental Security Policy. Cambridge: Cambridge University Press.

HABERMAS, Jürgen (2012). Sobre a constituição da Europa: um ensaio. Tradução Denilson Luis Werle, Luiz Repa e Rúrion Melo. São Paulo: Editora da Unesp.

LACY, Mark (2005). Security and climate change: international relations and the limits of Realism. Londres e Nova Iorque: Routledge.

LEE, James R. (2009). Climate change and armed conflict: hot and cold wars. Londres e Nova Iorque: Routledge.

MORAN, Daniel (2011) (org.).Climate Change and National Security: a country-level analysis. Washington: Georgetown University Press.

PETTMAN, Ralph (2005). “Human security as global security: reconceptualising strategic studies”. Cambridge Review of International Affairs. Vol. 18, n. 01, pp. 137-150.

WEBERSIK, Christian (2010). Climate change and security: a gathering storm of global challenges. Santa Barbara/CA: Praeger.

WEIS, Thomas G. (2007). Humanitarian Intervention. Cambridge: Polity.

Bibliografia

BARBOSA, Luciana Mendes; SOUZA, Matilde de. Securitização das mudanças climáticas: o papel da União Europeia. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 32, n 1, jan. – jun. 2010.

CARNEIRO, Beatriz Scigliano. A construção do dispositivo meio-ambiente. Revista Ecológica, São Paulo, n. 4, p. 5-18, set – dez 2012. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/13057/9560>>.

D'ARCY, François. União Europeia: instituições, políticas e desafios. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2002.

EUROPEAN UNION. “A Secure Europe in a Better World: European Security Strategy”. Brussel: 2003.

_____. “Report on the Implementation of the European Security Strategy – Providing Security in a Changing World”. Brussel: 2008.

LESSA, Antônio Carlos. A construção da Europa: a última utopia das relações internacionais. Brasília: IBRI, 2003.

MCCORMICK, John. Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista. Tradução de Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

OPITZ, Sven. “Governo não Ilimitado – o dispositivo de segurança da governamentalidade não-liberal”. Revista Ecológica, São Paulo, n. 2, p. 3-36, jan. – abr. 2012. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/9075/6683>>.

RAMONET, Ignacio. Ecosistemas em perigo: medos e ameaças novos. In: *Guerras do Século XXI: novos temores e novas ameaças*. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003.

RODRIGUES, Thiago. As guerras do fim do mundo. Revista Ecológica, São Paulo, n. 1, p. 114-124, set. – dez. 2012. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/7659/5607>>.

_____. Segurança Planetária: entre o climático e o humano. Revista Ecológica, São Paulo, n. 3, p. 5-41, mai. – ago. 2012. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/11385/8298>>.

UNIDO. The Cooperation Between UNIDO and The European Union: a partnership for inclusive growth and sustainable development. Austrália, 2012. Disponível em: http://www.unido.org/fileadmin/user_media/Publications/Pub_free/12-50176_EU_Brochure_eBook.pdf. Acesso em: 24 nov. 2012.

WWF – World Wildlife Fund. Living Planet Report. Grand, 1998. Disponível em: <http://awsassets.panda.org/downloads/livingplanetreport98.pdf>. Acesso em: 05 jan 2013.